

Estudo Técnico Preliminar 1/2020

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Este documento tem o objetivo de tratar a necessidade de **fornecimento de água, café e açúcar**.

A sociedade brasileira tem nas suas raízes rurais a cultura de oferecer ao visitante ao menos um singelo cafezinho como sinal de receptividade e aceitação. Esse traço cultural de nossa civilização é visto em todo o território, de forma que não apenas as famílias celebram suas reuniões com café, como também empresas e repartições públicas.

Este órgão não está dissociado da realidade cultural da sociedade a que serve, tendo por política oferecer cafezinho aos cidadãos que o visitam, autoridades que recebe, servidores e empregados públicos que na instituição trabalham e empregados terceirizados que aqui prestam serviço. Para manter os serviços de copeiragem, cuja administração cabe à Divisão Administrativa, é necessária a aquisição dos produtos para preparo do café, ou seja, o grão torrado e moído da fruta e o açúcar para adoçar a bebida.

Além disso, é necessária a aquisição de água mineral para preparo do café e abastecimento dos bebedouros para atendimento a todas as unidades laboratoriais e administrativas do órgão. Como se sabe, o consumo de água é importante para saúde e bem estar humano. A água é essencial para o bom funcionamento do organismo, para o transporte de nutrientes, para a regulação da temperatura corporal, entre outras funções. Sendo assim, o fornecimento de água é fundamental para propiciar as condições adequadas de trabalho para servidores, empregados públicos e empregados terceirizados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão Administrativa	Arthur Barbosa Ferreira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deve suprir a demanda de fornecimento de água mineral para consumo humano, café e açúcar do órgão pelo período de um ano.

A entrega dos produtos deve ser feita de forma escalonada, visto que não há local para armazenamento de toda a quantidade para o consumo anual. No caso da água, atualmente a entrega é feita quinzenalmente, a partir do número de galões vazios identificados no momento do descarregamento. No caso do café e do açúcar, a previsão contratual é de entregas feitas em três parcelas, portanto, quadrimestralmente, mas essa periodicidade pode ser reduzida para semestralmente, conforme observado no consumo efetivo registrado no sistema de controle de estoque. Por se tratarem de produtos perecíveis e dadas as limitações de armazenamento já mencionadas, o prazo de validade deve ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias ou deve apresentar um prazo de dois terços do prazo total de validade a transcorrer.

Em relação aos critérios de sustentabilidade, devem ser observados aqueles elencados na IN SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 que sejam aplicáveis ao caso. Também devem ser incluídos as seguintes adequações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - NESLIC - DECOR/CGU/AGU, versão de abril de 2020:

A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52 /2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004 e a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

Ainda nesse diapasão, o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis menciona a aplicação da IN SEGES/MP nº 2, de 29 de março de 2018, que estabelece a obrigação aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional destinarem pelo menos 30% (trinta por cento) do total de recursos do exercício financeiro para aquisição de gêneros alimentícios à aquisição da produção de agricultores familiares, das suas organizações, de empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006. Dos fornecedores dessa cota, a Administração deve exigir a apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP.

Em relação aos critérios técnicos, os produtos devem atender às especificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, em especial, no caso da água mineral, a **Resolução RDC/Anvisa nº 275, de 22 de setembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico de Características Microbiológicas para Água Mineral Natural e Água Natural (Anexo I)**, estabelecendo as seguintes características microbiológicas para água mineral natural e água natural:

Microrganismo	Amostra indicativa limites	Amostra representativa			
		n (número de unidades da amostra representativa a serem coletadas e analisadas individualmente)	c (número aceitável de unidades da amostra representativa que pode apresentar resultado entre os valores "m" e "M")	m (limite inferior (mínimo) aceitável. É o valor que separa qualidade satisfatória de qualidade marginal do produto. Valores abaixo do limite "m" são desejáveis)	M (limite superior (máximo) aceitável. Valores acima de "M" não são aceitos)
Escherichia coli ou coliformes (fecais) termotolerantes, em 100 mL	Ausência	5	0	-.-	Ausência
Coliformes totais, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP
Enterococos, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP
Pseudomonas aeruginosa, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP
Clostrídios sulfito redutores ou Clostridium perfringens, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP

No que tange ao café fornecido, deve apresentar laudo de comprovação das características mínimas de qualidade do café emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde - Reblas/Anvisa ou possuir o selo de pureza e o selo de qualidade da Associação Brasileira de Indústria de Café - Abic. A exigência de um certificado ou outro vai ao encontro da determinação do Tribunal de Contas da União - TCU, exarada no TC 030.288/2013-4, que considerou correta a exigência do selo Abic como alternativa a garantir a qualidade do café adquirido pela Administração Pública, no caso de os laboratórios credenciados da Reblas não estarem realizando análises sensoriais.

Os bens são comuns, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

5. Levantamento de Mercado

Considerando que o órgão não possui recursos materiais e humanos capazes de suprir a necessidade delineada, as soluções em logística pública que foram encontradas estão listadas na tabela abaixo:

Solução	Vantagens	Desvantagens
A - Fornecimento de café e açúcar mediante a contratação de serviço de copeiragem	<ul style="list-style-type: none"> - Reduz a situação de solução de continuidade do serviço de copeiragem devido à falta dos produtos necessários ao preparo do café, pois a prestadora dos serviços, que podem ser prorrogados até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é a responsável pelo fornecimento dos suprimentos; - Uma vez que o produto esteja descrito adequadamente em Edital, permite que a fiscalização atue e exija a substituição dos produtos em caso de verificação da degeneração de sua qualidade, nos termos do item 2, do Anexo VIII-A, da IN SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017; e - Viabiliza que sejam exigidas medidas para melhoria dos serviços de copeiragem em relação ao consumo e qualidade dos produtos, visto que a solução como um todo deve estar sob a responsabilidade de uma única empresa contratada. Evita que sejam utilizados argumentos no sentido de atribuir a deficiência de qualidade final à falta de qualidade dos produtos fornecidos por outra empresa contratada pelo órgão tomador. 	<ul style="list-style-type: none"> - O custo dos produtos pode ser elevado. Nos termos do art. 63, da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, a contratada deve arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta e complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação. Sendo assim, o fornecedor tende a mitigar seus riscos aumentando o valor do produto frente oscilações de demanda; e - Dificuldade de as oscilações em períodos de menor consumo acarretarem efetiva redução de custos, visto que a contratada, em regra, deve estimar o valor dos produtos com base na estimativa de consumo informadas pela Administração em Edital. O consumo efetivo pode diminuir em relação a esta estimativa à medida que servidores sejam aposentados, pessoal terceirizado seja reduzido ou que hábitos sejam alterados.
B - Aquisição de bebedouros para fornecimento de água diretamente da rede de abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> - O custo com a aquisição dos equipamentos é compensado com a eliminação dos custos com aquisição de água mineral; e - Reduz a situação de falta de água nos bebedouros em razão de imprevistos na realização da contratação. 	<ul style="list-style-type: none"> - A implantação da solução requer fornecimento de água pela companhia de saneamento com alto padrão de qualidade. - Necessário contratação especializada de manutenção e limpeza dos bebedouros.
C - Aquisição de café, açúcar e água com entrega imediata e integral dos bens	<ul style="list-style-type: none"> - Reduz custos com transporte e logística por parte do fornecedor, potencializando a economia de escala. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de grandes ambientes para estocagem no órgão; - Considerando que as aquisições devem ser realizadas anualmente, eventuais imprevistos na realização da contratação podem acarretar falta do produto em estoque. - Considerando que se tratam de produtos perecíveis, deve-se enrijecer os critérios de validade do produto em relação a sua data de fabricação, o que pode afastar possíveis interessadas; e - Impossibilidade de adequação frente a eventuais reduções de consumo. Tratando-se de produtos perecíveis, pode haver perda de material caso não utilizado no prazo de validade.
D - Aquisição de	<ul style="list-style-type: none"> - Desnecessidade de grandes locais para estoque e redução de custos com estocagem; 	

café, açúcar e água com entrega parcelada dos bens	<p>- Não há necessidade de critérios rígidos de validade do produto em relação a sua data de fabricação, visto que os produtos são consumidos em um curto prazo a partir de seu recebimento; e</p> <p>- Permite adequar o fornecimento ao consumo, potencializando a redução de perda de material por não utilização no prazo de validade.</p>	<p>- Aumento de custos com transporte e logística por parte do fornecedor, reduzindo a economia de escala; e</p> <p>- Considerando que as aquisições devem ser realizadas anualmente, eventuais imprevistos na realização da contratação podem acarretar falta do produto em estoque.</p>
--	--	---

Da análise das soluções, apresenta-se as seguintes conclusões quanto à viabilidade:

- **Solução A - Fornecimento de café e açúcar mediante a contratação de serviço de copeiragem:**

Esta solução apresenta grandes vantagens, sendo que as desvantagens identificadas podem ser mitigadas das seguintes formas:

- Em relação à transparência do custo dos produtos, deve ser adotada a planilha de custos e formação de preços para análise de eventual sobrepreço por parte da Administração quando do procedimento de seleção do fornecedor, nos termos dos itens 6.3 e 7.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017;

- As oscilações de consumo podem ser ajustadas mediante negociação com a redução de custos no momento da prorrogação contratual. Para isso, a fiscalização deve verificar periodicamente o consumo efetivo do produto para identificar situação em que houver consumo menor que a previsão na planilha de custos e formação de preços do contrato; e

- De igual modo, caso caracterizado algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, o fornecedor pode se valer da figura do reequilíbrio econômico-financeiro para restabelecer a proporção entre os seus encargos e a sua remuneração.

Contudo, a adoção dessa solução deve ser realizada juntamente com a renovação dos serviços de copeiragem, uma situação que não se mostra oportuna para o momento, visto a necessidade de priorizar outras demandas previstas para o calendário de contratações em 2020, sob a responsabilidade desta Divisão, quais sejam: aquisição material expediente, elétrico, eletrônico, limpeza e embalagens; contratação de serviço de publicidade legal; contratação de serviço de telefonia fixa; contratação elaboração projeto sistema preventivo contra incêndio; contratação solução de impressão papel A4 e digitalização; dentre outras.

- **Solução B - Aquisição de bebedouros para fornecimento de água diretamente da rede de abastecimento:**

Considerando que o fornecimento de água neste órgão se dá por poço artesiano, a implantação da solução requer estudos aprofundados em relação a qualidade da água.

Sendo assim, por ora, diante das demandas a serem priorizadas neste exercício e as alterações de rotina e força de trabalho acarretada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), esta solução não deve ser considerada nestes estudos.

- **Solução C - Aquisição de café, açúcar e água com entrega imediata e integral dos bens:**

Esta solução não se apresenta adequada à realidade do órgão, visto que não há ambiente para a estocagem do produto em grandes quantidades e por grandes períodos.

- **Solução D - Aquisição de café, açúcar e água com entrega parcelada dos bens:**

Diante da situação vivenciada neste órgão, esta solução ainda se mostra a mais vantajosa para atendimento da demanda posta.

Dada a natureza comum dos bens, **entende-se cabível a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 10.250, de 2002.**

Visto se tratar de aquisição dos produtos enquadrados como gênero alimentício, faz-se necessário ainda trazer à baila as disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e dos Decretos nºs 7.775, de 4 de julho de 2012, e 8.473, de 22 de junho de 2015, que regulamentam a lei. A IN SEGES/MP nº 2, de 29 de março de 2018, estabelece a obrigação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional destinarem pelo menos 30% (trinta por cento) do

total de recursos do exercício financeiro para aquisição de gêneros alimentícios à aquisição da produção de agricultores familiares, das suas organizações, de empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006. Para tanto, estabelece que a aquisição pode ser feita por dispensa de licitação, precedida de chamada pública, ou licitação.

A chamada pública para a aquisição dessa cota não é cabível para este órgão, pois deve ser utilizada apenas quando os gêneros alimentícios forem adquiridos por órgãos e entidades responsáveis por hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e populares, refeitórios de creches e escolas etc., nos termos do inciso I do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012.

Em qualquer caso, é necessário verificar se não há a caracterização de uma das hipóteses em que o órgão pode deixar de aplicar a cota reservada, nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.473, de 2015. Nesse sentido, após **consulta ao site de Compras Institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, mantido pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (<http://aplicacoes.mds.gov.br/compras/>) (Anexo II)**, constatou-se que, no âmbito da cidade de Goiânia-GO, não há agricultores familiares e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, cadastrados na base de dados disponíveis a gestores públicos. Nesse cenário, a aplicação da cota de 30% (trinta por cento) para fornecedores desse grupo poderia frustrar a aquisição dos produtos. Uma vez caracterizada a insuficiência de oferta na região, prudente seja afastada a aplicação da cota reservada, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 8.473, de 2015.

Considerando que a entrega dos bens deve ser parcelada, é imprescindível trazer à baila as lições do **Parecer nº 10/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 55/2013 (Anexo III)** a respeito da adoção da compra continuada e do Sistema de Registro de Preços - SRP:

PREFERÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

I. O SRP NÃO DEVE SER ADOTADO EM SITUAÇÕES QUE NÃO SE ENQUADREM NAS HIPÓTESES PERMISSIVAS PREVISTAS NO ART. 30, DO DECRETO Nº 7.892/2013, TAL COMO CONTRATAÇÃO ÚNICA E IMEDIATA.

II. É LEGAL A CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONFORME A DEMANDA: A) PARA SERVIÇOS, ADOTANDO-SE COMO REGIME DE EXECUÇÃO A EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO E A TAREFA; E B) PARA COMPRAS, OCASIÃO EM QUE SE ADOTARÁ A COMPRA CONTINUADA COMO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.

III. HÁ SIMILARIDADE ENTRE AS HIPÓTESES DE CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONFORME A DEMANDA E OS CASOS AOS QUAIS SE APLICA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

IV. O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO GOZA DE PREFERÊNCIA LEGAL, QUANDO CONSTATADAS UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 3º, DO DECRETO Nº 7.892/2013.

V. PODERÁ SER AFASTADA A PREFERÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO NOS CASOS EM QUE RESTE COMPROVADO NOS AUTOS DA CONTRATAÇÃO A INEFICIÊNCIA ECONÔMICA OU GERENCIAL DECORRENTE DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO.

Especialmente sobre a compra continuada, é válido mencionar que parágrafo 42 do parecer esclarece que esta deve se dar por meio da celebração de um contrato, cuja vigência não deve ultrapassar o prazo de vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, e por meio do qual o Poder Público efetua a sua demanda, através de vários pedidos.

Em que pese a possibilidade de adoção da compra continuada, a contratação, *in casu*, clama a adoção do SRP, vez que caracterizadas as hipóteses do art. 3º, incisos II e IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas e, quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Tais hipóteses serão abordadas em profundidade nos tópicos próprios destes Estudos Técnicos Preliminares.

Além disso, a aquisição pode beneficiar a mais de um órgão ou entidade, caracterizando a hipótese do inciso III do art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 2013. **Em relação a isso, deve-se limitar a adesão participante apenas a órgãos localizados em Goiânia-GO ou região metropolitana, pois os custos com transporte dos bens são variáveis, o que não deve permitir que sejam cotados de forma linear para todas as localidades. Já quanto à adesão "carona", o Decreto nº 7.892 condiciona sua adoção à comprovação de vantagem, inclusive econômica, conforme salientado no § 3º do art. 1º da novel Instrução Normativa Seges/MP nº 73, de 5 de agosto de 2020. Essa comprovação cabe ao órgão interessado em aderir. Sendo assim, considerando que permitir a adesão "carona" contribui para que os órgãos tenham condições de atender demandas não previstas ou mal dimensionadas de forma geralmente menos onerosas que a dispensa de licitação, não são verificadas razões para, a bem do interesse público, limitar a adesão "carona" a qualquer caso.**

Em vista da periodicidade de fornecimento dos garrafões de água mineral, é imprescindível que, a cada contrato oriundo da Ata de Registro de Preços - ARP, o fornecimento seja feito quinzenalmente, na quantidade de garrafões vazios identificados no momento do descarregamento do material, até o esgotamento da quantidade empenhada, que deve ser limitada ao quantitativo máximo correspondente ao período de 3 (três) a 4 (quatro) meses a partir do momento de emissão do empenho. Dessa forma,

alcança-se uma redução de procedimentos administrativos para celebração de contratos quinzenais (o que seria completamente inviável), contudo, sem comprometer a execução orçamentária e financeira dos exercícios em que a ARP estiver em vigência. Ademais, propicia certo controle dos quantitativos efetivamente contratados, além de permitir maior celeridade no ajuste às variações de consumo, com redução do quantitativo das próximas contratações, ou celebração imediata de novo contrato, caso a quantidade inicialmente empenhada não tenha sido suficiente para o período.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de café, açúcar e água para atendimento à necessidade do serviço de copeiragem e abastecimento dos bebedouros, por meio de pregão eletrônico, com a adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem contratadas foram estimadas com base na média de consumo efetuado nos meses de junho de 2019 a maio de 2020, para a água (Anexo IV), e nas quantidades adquiridas nas últimas contratações em 2019 para açúcar e café (Projeto Básico - Anexo V), acrescidos do percentual de 30% (trinta por cento). O Sistema de Registro de Preços - SRP não implica em contratação total da demanda, portanto, os quantitativos são estimativos e cabe à Administração solicitar a contratação da ata para atender à demanda no período.

Item	Descrição	Embalagem	Média Mensal do Consumo	Média Mensal de Consumo Acrescida de 30%	Média Anual de Consumo	Quantidade Mínima por Contratação	Quantidade Máxima por Contratação ou Requisição
1	ÁGUA	Garrafão 20 litros	102,07	133	1596	289	813
2	AÇÚCAR	Pacote 5 quilogramas	6,33	8	96	29	48
3	CAFÉ	Pacote 500 gramas	66,66	87	1044	313	522

Considerando a frequência em que o material deve ser fornecido, a quantidade para cada contrato de fornecimento de água, cujo quantitativo deve atender a um período de no mínimo 4 (quatro) meses, deve ser estimada em conformidade com o cronograma abaixo:

Mês	Consumo do mês em relação ao total (%)	Quantidade estimada para consumo no mês com base no percentual de consumo
Jan	9,65	155
Fev	10,04	161
Mar	8,02	129
Abr	7,47	120
Mai	3,97	64
Jun	8,79	141
Jul	8,02	129
Ago	4,98	80
Set	11,83	190
Out	9,11	146
Nov	9,18	148
Dez	8,95	144

Para o cálculo da quantidade mínima e máxima de água por contratação ou requisição, foram utilizados o menor e maior consumo de uma sequência ininterrupta de 4 (quatro) meses, ou seja, no primeiro caso será a sequência dos meses de maio a agosto e, no segundo, de setembro a dezembro. Essas quantidades foram decrescidas e acrescidas de aproximadamente 30% (trinta por cento) do quantitativo, respectivamente, para abarcar possíveis variações de consumo para mais ou para menos.

No caso do açúcar e do café, não é possível estabelecer quantitativos mínimos e máximos por contratação ou requisição com base nos meses em que houve menor e maior consumo, pois os materiais foram lançados no sistema de controle de estoque como

material de consumo imediato apenas no momento de sua aquisição, não havendo, portanto, o controle mensal das saídas. Sendo assim, usou-se 30% (trinta por cento) da estimativa anual, como quantidade mínima, e 50% (cinquenta por cento) da estimativa anual, como quantidade máxima por contratação ou aquisição.

Todos os quantitativos foram arredondados quando a fração se apresentou igual ou superior a meio.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Conforme **Relatório de Itens do Plano Anual de Contratações - PAC 2020 (Anexo VI)**, extraído do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, o conjunto de itens do grupo "Aquisição de Café, Açúcar e Água" (item 11 destes Estudos Técnicos Preliminares), o valor total da contratação é de **R\$ 19.782,72 (dezenove mil setecentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos)**.

O valor a título de verificação da conformidade e aceitabilidade da proposta deve ser obtido mediante procedimento de pesquisa de preços, nos termos da **IN nº 73, de 5 de agosto de 2020**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A entrega parcelada deve ser adotada no presente caso por se tratar de produtos perecíveis, destacando-se ainda que o órgão não dispõe de local para armazenamento de grandes quantidades. Ressalta-se que não foram identificados fatos que pudessem alterar tal previsão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações relacionadas a esta demanda de fornecimento de água mineral e café são aquelas relacionadas aos serventes que realizam a limpeza dos bebedouros e ao profissional responsável pelo preparo da bebida. Tais necessidades já estão atendidas pelos Contratos nºs 6/2018 e 1/2018, firmado com os fornecedores INTERATIVA DEDETIZAÇÃO HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA, para prestação de serviços de limpeza e conservação, e ACMD PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI, para serviços de profissional copeiro, respectivamente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição se relaciona com o objetivo de "Ser excelente na prestação de serviços laboratoriais para a defesa agropecuária" previsto na perspectiva "Cliente" do **Mapa Estratégico da Rede de Laboratórios Oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa (Anexo VII)**.

Conforme relatório extraído do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, o conjunto de itens do grupo "Aquisição de Café, Açúcar e Água", o qual trata esta demanda, está especificado na tabela abaixo:

Item	Nº Item PAC 2020	Código do item	Descrição sucinta do objeto	Unidade de fornecimento	Quantidade estimada	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)	Nome do grupo	Unidade Responsável
1	3345	445485	1 - ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: PH ≥ 6, COM LACRE INVOLÁVEL, NORMAS TÉCNICAS CONFORME PORTARIA DE CORRELATOS DO MINISTÉRIO SAÚDE (PORTARIA Nº 387/08 DO DNPM, PORTARIA Nº 540/14 DO DNPM, RDC Nº 274/05 DA ANVISA E RDC Nº 275/05 DA ANVISA), ENCAMINHAR 1 (UMA) AMOSTRA PARA VERIFICAÇÃO DOS	GARRAFÃO 00000020,00 L	1596	7,60	12.129,60	Aquisição de Café, Açúcar e Água	DAD

			PARÂMETROS DE MESÓFILOS E NMP DE ESCHERICHIA COLI E COLIFORMES TOTAIS						
2	3346	343582	2 - AÇÚCAR, TIPO: CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: PENEIRADO, EMBALAGEM COM TABELA COM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE E LOTE DO PRODUTO	PACOTE 00000005,00 KG	96	9,25	888,00	Aquisição de Café, Açúcar e Água	DAD
3	3347	217366	3 - CAFÉ, TIPO: TORRADO, APRESENTAÇÃO: MOÍDO, TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: CONSTITUÍDOS DE GRÃOS TIPO 6 COB (CATEGORIA SUPERIOR), COM NO MÁXIMO 10% EM PESO DE GRÃOS COM DEFEITOS PRETOS, VERDES E/OU ARDIDOS (PVA) E AUSENTES DE GRÃOS PRETO-VERDES E FERMENTADOS, GOSTO PREDOMINANTE DE CAFÉ ARÁBICA, ADMITINDO-SE CAFÉ ROBUSTA (CONILON), NOTA DE QUALIDADE GLOBAL NA FAIXA DE 6 A 7,2 PONTOS, COM CERTIFICADO NO PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ DA ABIC EM PLENA VALIDADE OU LAUDO DE AVALIAÇÃO DO CAFÉ, EMITIDO POR LABORATÓRIO ESPECIALIZADO DA REBLAS, MÁXIMO DE 7,2 NA ESCALA SENSORIAL DO CAFÉ, LAUDO DE MICROSCOPIA DO CAFÉ COM TOLERÂNCIA DE MÁXIMO 1% DE IMPUREZA E MÁXIMO 5% DE UMIDADE, ENCAMINHAR 2 (DUAS) AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS PARÂMETROS DE UMIDADE, SEDIMENTOS, MATÉRIAS ESTRANHAS E IMPUREZAS	PACOTE 00000500,00 G	1044	6,48	6.765,12	Aquisição de Café, Açúcar e Água	DAD

É imperioso ressaltar que, devido a alteração na base de cálculo e na metodologia de estipulação dos quantitativos estimados, o que foi devidamente abordado em tópico próprio destes Estudos Técnicos Preliminares, tornou-se necessária a alteração da demanda. A alteração já se encontra registrada no sistema PGC, sendo aprovada pela unidade de compras e a autoridade competente, nos termos do parágrafo único do art. 12 da IN SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019.

12. Resultados Pretendidos

A aquisição dos produtos visa atender à necessidade de fornecimento de café e água mineral, fazendo com que o órgão, inserido na realidade cultural da sociedade brasileira, possa prosseguir com a política de oferecer café aos servidores, empregados públicos, empregados terceirizados e visitantes, como sinal de cordialidade, além de propiciar condições adequadas de trabalho, com o fornecimento de água potável para consumo humano.

Além de atender às questões de saúde decorrentes de obrigações legais, tais ações - ao denotarem cortesia, hospitalidade e atenção às necessidades humanas, não apenas fisiológicas, mas também sociais - também contribuem para a harmonia e engajamento do ambiente de trabalho, agregando positivamente à imagem do órgão perante o público.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas para adequação do ambiente do órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram verificados impactos ambientais decorrentes desta aquisição.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

As informações que constam neste Estudo Técnico Preliminar demonstram que se trata de uma contratação tecnicamente viável, visto se tratar de aquisição de material em modelo comumente utilizado pela Administração para atendimento da necessidade dos serviços de copa e de abastecimento dos bebedouros.

16. Responsáveis

LYVIA PEREIRA MELO MATEUS

Agente Administrativo

ARTHUR BARBOSA FERREIRA

Chefe da Divisão Administrativa

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Resolução RDC-ANVISA 275-2005.pdf (86.87 KB)
- Anexo II - Consulta Empreendimentos da Agricultura Familiar - SEDS-MC.pdf (425.75 KB)
- Anexo III - Parecer 10-2013-CPLC-DEPCONS-U-PGF-AGU - Possibilidade de contratação para execução conforme a demanda.pdf (5.95 MB)
- Anexo IV - Relatório Consulta de Material Consumo - Água Mineral.pdf (172.07 KB)
- Anexo V - Projeto Básico Adesão Não Participante 19-2019.pdf (96.54 KB)
- Anexo VI - Relatório de Itens PAC 2020.pdf (27.04 KB)
- Anexo VII - Mapa Estratégico - Rede LANAGRO 2016-2023.pdf (120.06 KB)

Anexo I - Resolução RDC-ANVISA 275-2005.pdf



Ministério da Saúde
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

RESOLUÇÃO-RDC Nº 275, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 inciso IV do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto 3.029, de 16 de abril de 1999, c/c do Art. 111, inciso I, alínea "b" § 1º do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 593, de 25 de agosto de 2000, republicada no DOU de 22 de dezembro de 2000, em reunião realizada em 29, de agosto de 2005,

considerando a necessidade de constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos, visando a proteção à saúde da população;

considerando a necessidade de atualização da legislação sanitária de alimentos, com base no enfoque da avaliação de risco e da prevenção do dano à saúde da população;

considerando que os regulamentos técnicos da ANVISA de padrões de identidade e qualidade de alimentos devem priorizar os parâmetros sanitários;

considerando que o foco da ação de vigilância sanitária é a inspeção do processo de produção visando a qualidade do produto final;

adota a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Aprovar o "REGULAMENTO TÉCNICO DE CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS PARA ÁGUA MINERAL NATURAL E ÁGUA NATURAL", constante do Anexo desta Resolução.

Art. 2º O descumprimento aos termos desta Resolução constitui infração sanitária, sujeitando os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e demais disposições aplicáveis.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO DE CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS PARA ÁGUA MINERAL NATURAL E ÁGUA NATURAL

1. ALCANCE

Fixar as características microbiológicas para Água Mineral Natural e Água Natural.

2. DEFINIÇÃO

2.1. Amostra indicativa: é a amostra composta por um número de unidades amostrais inferior ao estabelecido para a amostra representativa.

2.2. Amostra representativa: é a amostra constituída por um número de unidades amostrais estabelecido na Tabela 1.

2.3. Unidade amostral: porção ou embalagem(ns) individual(is) tomadas para ensaio, de forma aleatória de uma partida do produto.

3. PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES GERAIS

A Água Mineral Natural e a Água Natural envasadas não devem apresentar risco à saúde do consumidor e devem estar em conformidade com as características microbiológicas descritas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características microbiológicas para Água Mineral Natural e Água Natural.

	Amostra	Amostra representativa
--	---------	------------------------

Microrganismo	indicativa limites	n	c	m	M
Escherichia coli ou coliforme (fecais) termotolerantes, em 100 mL	Ausência	5	0	.-	Ausência
Coliformes totais, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP
Enterococos, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP
Pseudomonas aeruginosa, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP
Clostrídios sulfito redutores ou Clostridium perfringens, em 100 mL	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	5	1	<1,0 UFC; <1,1 NMP ou ausência	2,0 UFC ou 2,2 NMP

n: é o número de unidades da amostra representativa a serem coletadas e analisadas individualmente.

c: é o número aceitável de unidades da amostra representativa que pode apresentar resultado entre os valores "m" e "M".

m: é o limite inferior (mínimo) aceitável. É o valor que separa qualidade satisfatória de qualidade marginal do produto. Valores abaixo do limite "m" são desejáveis.

M: é o limite superior (máximo) aceitável. Valores acima de "M" não são aceitos.

3.1. Amostra indicativa

3.1.1. A amostra é condenada (rejeitada) quando for constatada a presença de Escherichia coli ou coliformes (fecais) termotolerantes ou quando o número de coliformes totais e ou enterococos e ou Pseudomonas aeruginosa e ou clostrídios sulfito redutores ou Clostridium perfringens for maior que o limite estabelecido para amostra indicativa.

3.1.2. Deve ser efetuada a análise da amostra representativa quando na amostra indicativa for detectada a presença de Escherichia coli ou coliformes (fecais) termotolerantes e ou o número de coliformes totais e ou enterococos e ou Pseudomonas aeruginosa e ou clostrídios sulfito redutores e ou Clostridium perfringens for maior que o limite estabelecido para amostra indicativa.

3.2. Amostra representativa

3.2.1. Sempre que se tratar de avaliação de partida deve ser coletada a amostra representativa, em cumprimento aos dispositivos legais vigentes. Excetuam-se as atividades que requeiram amostragem para investigação (relacionada com suspeita ou com identificação de problemas na partida, para confirmação ou verificação da sua natureza e extensão ou ainda para informações sobre as possíveis fontes de problema) ou que requeiram inspeções rígidas (planos estatísticos com maior poder de discriminação de falhas).

3.2.2. A análise das unidades da amostra representativa deve ser feita usando-se o mesmo volume recomendado para a amostra indicativa. Na caracterização microbiológica do produto ou da partida examinada devem ser considerados os resultados da amostra representativa.

3.2.3. A partida é aprovada quando atender os seguintes requisitos:

a) ausência de Escherichia coli ou coliformes (fecais) termotolerantes em todas as unidades da amostra representativa;

b) nenhuma unidade da amostra representativa apresentar contagem de coliformes totais, enterococos, Pseudomonas aeruginosa, clostrídios sulfito redutores ou Clostridium perfringens maior que "M"; e

c) no máximo uma unidade da amostra representativa apresentar contagem de coliformes totais, enterococos, *Pseudomonas aeruginosa* e clostrídios sulfito redutores e ou *Clostridium perfringens* entre os valores "m" e "M".

3.2.4. A partida será rejeitada, quando:

a) for constatada a presença de *Escherichia coli* ou coliformes (fecais) termotolerantes em uma das unidades da amostra representativa; ou

b) apresentar contagem de coliformes totais e ou enterococos e ou *Pseudomonas aeruginosa* e ou clostrídios sulfito redutores e ou *Clostridium perfringens* em uma das unidades da amostra representativa, maior que "M"; ou

c) apresentar contagem de coliformes totais e ou enterococos e ou *Pseudomonas aeruginosa* e ou clostrídios sulfito redutores e ou *Clostridium perfringens* em mais de uma unidade da amostra representativa, maior que "m".

Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde

Anexo II - Consulta Empreendimentos da Agricultura Familiar - SEDS-MC.pdf



COMPRAS INSTITUCIONAIS
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA



Item	Produto	Tipo do produto	Embalagem
1	Barra de cereal	Outros	25 g
2	Biscoito	Outros	Pacote 250 g
3	Castanha do Brasil	Outros	1 Kg
4	Farinha de trigo	Enriquecida Tipo 1	1 Kg
5	Fruta	Outros	1 Kg
6	Molho	Pimenta	Outros
7	Panificados	Pão	Outros
8	Temperos verdes	Alho porro in natura	1 Kg
9	Verdura/hortaliças/Legumes	Outros	1 Kg



Gestores Municipais

Ao realizar gestões técnicas e administrativas periodicamente, os gestores municipais da agricultura familiar devem acompanhar a execução da compra institucional e do PAA.

Filtrar seus resultados de pesquisa

Estado *

Goiás

Fechar

Município

Goiânia

Produto

--Todos--

Certificação de orgânico? ☐**Pesquisar**

	Município	Nome Fantasia	CNPJ	
1	Goiânia	EMPÓRIO DO CERRADO	05.573.158/0001-74	Detalhar Produtos

**Anexo III - Parecer 10-2013-CPLC-DEPCONSU-PGF-AGU
- Possibilidade de contratação para execução conforme a
demanda.pdf**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA
CÂMARA PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARECER Nº 10/2013/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU

PROCESSO Nº: 00407.004525/2012-93

INTERESSADO: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

ASSUNTO: Temas relativos a licitações e contratos administrativos tratados no âmbito da Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos instituída pela Portaria/PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONFORME A DEMANDA. POSSIBILIDADE. COMPRA CONTINUADA. EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. TAREFA. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP). PREFERÊNCIA DO SRP. ART. 15, II, DA LEI Nº 8.666/1993, C/C O ART. 11, DA LEI Nº 10.520/2002. DESVANTAGENS DO SRP. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DAS DEMAIS FORMAS DE CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONFORME A DEMANDA.

Sr. Diretor do Departamento de Consultoria,

1. Dando continuidade ao projeto institucionalizado no âmbito da Procuradoria-Geral Federal por intermédio da Portaria 359, de 27 de abril de 2012, que criou Grupo de Trabalho com objetivo de uniformizar questões jurídicas afetas a licitações e contratos, foi constituída a presente Câmara Permanente de Licitações e Contratos (CPLC), através da portaria nº 98, de 26 de fevereiro de 2013, cujo art. 2º estabelece como objetivos:

I – identificar questões jurídicas relevantes que são comuns aos Órgãos de Execução da Procuradoria-Geral Federal, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais;

II – promover a discussão das questões jurídicas identificadas, buscando solucioná-las e uniformizar o entendimento a ser seguido pelos Órgãos de Execução da Procuradoria-Geral Federal; e

III – submeter à consideração do Diretor do Departamento de Consultoria a conclusão dos trabalhos, para posterior aprovação pelo Procurador-Geral Federal.

2. Com o intuito de promover o condão previsto no inciso I do ato normativo acima transcrito, o Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal (DEPCONS/PGF) encaminhou aos Procuradores Federais, atuantes na área de licitação e de contrato administrativo, correio eletrônico solicitando temas cujos Advogados Públicos julgassem relevantes para ser apreciado por esta Câmara.

3. Em resposta à solicitação do DEPCONS/PGF, foi enviada proposta de tema acerca de “*contratação sob demanda*”. Trata-se de um regime de contratação em que o edital fixa uma quantidade máxima e a Administração, ao longo da vigência do contrato, demanda o quanto for suficiente para atender às suas necessidades. Tal modelo de contratação é passível de críticas, pois tem muita semelhança com o Sistema de Registro de Preço (SRP).

4. O tema em questão foi levado à discussão no âmbito da CPLC, oportunidade na qual se concluiu que o cerne da questão cingi-se à preferência da utilização do SRP em

casos nos quais estejam presentes as hipóteses de aplicação deste instituto, segundo os termos do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

5. O colegiado entendeu ser o tema merecedor de análise por se tratar de questão relevante e comum aos Órgãos de Execução da PGF.

6. O presente Parecer, então, abordará a questão relativa à existência de discricionariedade do gestor público na adoção do SRP ante situações nas quais se encaixem nas hipóteses previstas no art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

7. Ressalta-se que o entendimento a ser consolidado baseia-se em legislação e jurisprudência atuais, podendo ser revisto em caso de alteração substancial em seus fundamentos.

8. É o relatório.

I – DOS REGIMES DE EXECUÇÃO CONTRATUAL DOS SERVIÇOS E DAS FORMAS DE FORNECIMENTO

9. A legislação de regência dos contratos administrativos prevê diversas espécies de ajustes que podem ser executados por meio de regimes de execução distintos.

10. Para a análise ora empreendida, o que se apresenta como relevante são os contratos cujo objeto se identifique com as características de serviço e de compra (fornecimento ou aquisição), já que essas são as espécies de avença para as quais a lei expressamente destina o SRP (art. 15, II, da Lei nº 8.666/1993 c/c o art. 11, da Lei nº 10.520/2002).

11. Para os tipos de contrato mencionados no item anterior, a Lei nº 8.666/1993 estabelece regimes de *contratação para execução conforme a demanda*, assim entendidos os ajustes nos quais o quantitativo fixado não pode ser determinado com precisão, razão pela qual se prevê uma estimativa a ser executada conforme surja a necessidade (demanda) da Administração contratante.

12. Na situação dos serviços, a forma de execução dos contratos está prevista no art. 10, da Lei nº 8.666/1993, que diz:

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

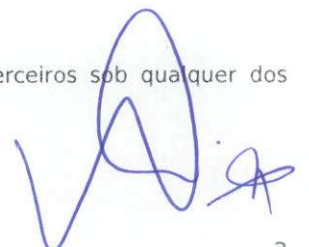
- I - execução direta;
- II - execução indireta, nos seguintes regimes:
 - a) empreitada por preço global;
 - b) empreitada por preço unitário;
 - c) (Vetado).
 - d) tarefa;
 - e) empreitada integral. (grifo nosso)

13. A execução direta a que se refere o inciso I do dispositivo transcrito não se relaciona com a figura do contrato administrativo, uma vez que ela ocorre quando a Administração, por si mesma, executa os serviços, sem passar para um particular o *mister* do qual necessita. Já a execução indireta (inciso II), em regra, pressupõe um contrato por meio do qual o Poder Público ajusta com outra pessoa a prestação de um serviço para atender às necessidades da Administração Pública (art. 2º, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993). Nessas hipóteses de execução indireta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA) determina que os serviços podem ser executados por empreitada ou por tarefa. Essas figuram são conceituadas pelo referido diploma legal da seguinte forma:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:



- a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
- c) (Vetado).
- d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;
- e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

14. A empreitada é um regime de execução no qual o contratado fica encarregado de prestar o serviço, responsabilizando-se tanto pela mão de obra como pelo material necessário para a consecução do objeto ajustado¹. Essa é a característica comum às três espécies de empreitada: a por preço global, a integral e a por preço unitário. Nas duas primeiras, o contratado se responsabiliza pela prestação do serviço e como contraprestação recebe um valor correspondente ao todo contratado. Isto é, nessas situações, a execução do contrato não ocorre de acordo com a demanda da Administração. A rigor, a empreitada integral e a empreitada por preço global são vocacionadas para as contratações nas quais a demanda do Poder Público não é variável. Destinam-se esses institutos às ocasiões nas quais o ente contratante pode, ainda na fase do planejamento da contratação, delimitar a quantidade da sua necessidade.

15. Nos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral o valor da remuneração do contratado não depende da necessidade da Administração, pois será um valor certo, que será desembolsado pelo Poder Público conforme o contratado executar o serviço ao tempo previsto no cronograma.

16. Já no caso da empreitada por preço unitário, a que interessa ao tema em análise, é possível que a Administração contrate por uma quantidade determinada e pague os montantes conforme eles forem executados. Nessa hipótese, a principal diferença entre a empreitada por preço unitário e as demais reside na forma como será aferida a remuneração do contratado.

17. Segundo Lucas Rocha Furtado,

A distinção entre as diferentes modalidades de empreitada reside no critério que será utilizado para remunerar o contratado. Na empreitada por preço unitário, são definidas as unidades a serem executadas (em metros quadrados, metros cúbicos, quantidades especificamente identificadas etc.) e a remuneração será feita em função do que for executado. Assim, por exemplo, se a Administração decide construir uma estrada, poderá definir as unidades em quilômetros de asfalto, ou em metros quadrados (é evidente que a qualidade do asfalto desejado deverá estar igualmente especificado no contrato), e à medida que forem sendo executadas as unidades (quilômetros, metros quadrados etc.), conforme definido no cronograma físico da obra, será feita a remuneração da empresa contratada, nos termos do cronograma financeiro. Essa modalidade de empreitada é a que mais convém à Administração, em face de ser a modalidade que melhor identifica o valor a ser pago ao contratado².

18. Todavia, entendemos que a única diferença entre as modalidades de empreitada não está apenas no critério utilizado para remunerar o contratado. É fato que em alguns casos é possível se fazer a empreitada por preço global, por preço unitário e até a empreitada integral. No entanto, em algumas situações só é possível – ou ao menos recomendável – que o Poder Público se valha da empreitada por preço unitário. Essa situação ocorre quando a quantia a ser contratada não pode ser precisada pela Administração na fase de planejamento. Nesse sentido, vale fazer menção ao quanto dito no

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 126: "Na empreitada, o terceiro executará a prestação (obra ou serviço) com o dever de fornecer os materiais necessários e arcar com as despesas necessárias ao cumprimento da prestação".

² FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 565-566.

Curso de Auditoria de Obras Públicas, ministrado no âmbito do Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União:

A Lei de Licitações conceitua a empreitada por preço unitário como sendo o regime de execução no qual se contrata a execução da obra ou o serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão³. (grifo nosso)

19. Desse modo, a empreitada por preço unitário pode ser utilizada como *contratação para execução conforme a demanda*, o que não pode ocorrer nas demais modalidades de empreitada. Geralmente, esse regime de medida por preço unitário é utilizado nos ajustes no qual o objeto é um serviço contínuo⁴ (art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993), porém cuja quantidade a ser demandada só pode ser definida na execução do contrato, tal qual acontece nos serviços de correio, passagem aérea, transporte de carga etc..

20. A tarefa é um regime de execução contratual destinado aos ajustes de pequena monta. Segundo o art. 6º, VIII, *d*, da LLCA – acima transcrito –, a tarefa ocorre “quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais”. Lucas Rocha Furtado tece seus comentários sobre o instituto em análise com as seguintes palavras:

A própria Lei nº 8.666/93 estabelece, em primeiro lugar, o conceito de tarefa. Nos termos da lei, seria adotado esse regime de execução quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais. Normalmente, o tarefeiro é um fornecedor de mão de obra, ficando sob encargo da Administração a aquisição de todo o material necessário à execução da obra ou serviço.

(...)

A Lei nº 8.666/93, no entanto, também admite que o tarefeiro possa fornecer o material. Todas essas condições deverão, é evidente, estar expressamente identificadas no instrumento convocatório da licitação, caso seja esta realizada, e no próprio contrato⁵.

21. De acordo com a definição da tarefa, observamos que a diferença entre ela e a empreitada é que aquela é aplicável nas hipóteses de serviços de menor porte. Como diz a Lei, embora o comum seja que na tarefa o material fica a cargo da Administração, também é possível que o tarefeiro fique com a incumbência de fornecê-lo.

22. Para a análise ora empreendida, o que é relevante é saber se a tarefa é regime de execução adequado para contratação na qual o Poder Público não tenha como precisar qual a quantidade do serviço a ser demandado pela Administração. Ou seja, serviria a tarefa para as hipóteses do que aqui se convencionou chamar de *contratação para execução conforme a demanda*?

23. Em nossa avaliação, sim. Imaginemos as situações em que a Administração, continuamente (art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993), necessita de pequenos trabalhos. Como exemplo, citamos os serviços de chaveiro. Entendemos ser plausível que, nessa situação, seja realizado um contrato com valor certo para cada tarefa a ser exercida pelo profissional, cuja execução será solicitada e paga na proporção da necessidade da Administração. O fato é que nada impede que na tarefa se tenha um preço por unidades determinadas. Nesse sentido, doutrina Edmir Netto de Araújo:

O regime de execução por *tarefa*, vocábulo empregado na lei (art. 6º, VIII, *d*) em acepção vulgar e não técnica, corresponde à contratação de mão de obra para a realização de pequenos trabalhos, por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais (geralmente só mão de obra e ferramentas, como parte de obra ou serviço maior), pagamento por medição, e preços unitários ou globais⁶. (grifo nosso)

³ BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Auditoria de Obras Públicas / Tribunal de Contas da União*; conteudista: André Pachioni Baeta. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2012, p. 8.

⁴ Anexo I, da IN/SLTI/MP nº 2/2008: “I - SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente”.

⁵ FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 565.

⁶ ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de Direito Administrativo*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 734.

24. Ou seja, se é possível a contratação de tarefa por preço unitário, é porque o serviço sob o regime de tarefa não precisa se esgotar de imediato na primeira demanda da entidade contratante. Desse modo, entendemos que é possível a utilização do regime de tarefa na *contratação para execução conforme a demanda*.

25. Em relação às compras, a Lei nº 8.666/1993 conceitua-as da seguinte forma:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

III - Compra - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente; (grifo nosso)

26. Como diz o texto legal, as compras, então, são as aquisições ou fornecimentos. Trata-se de negócio jurídico cuja obrigação do contratado é de *dar*, e não de *fazer*, como é no caso das obras e dos serviços. A LLCA menciona os fornecimentos "*de uma só vez*" (integral) ou "*parceladamente*" (art. 6º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993).

27. Importa à situação em apreço observarmos que, a rigor, a Lei nº 8.666/1993 não conceitua o regime de execução das compras. Na verdade, o referido diploma legal refere-se a outra expressão para designar o modo pelo qual ocorrerá a execução dos contratos de aquisição. O art. 55, II, da LLCA, diz ser cláusula necessária dos contratos administrativos a que determina o "*regime de execução*" ou a "*forma de fornecimento*"⁷. Verificamos, então, que a legislação de regência estatui que os contratos de compra seguem uma modo de fornecimento, ao passo que os de serviço e obra seguem um regime de execução. Nesse ponto, é bem vinda a lição de Marçal Justen Filho:

A indicação do regime de execução ou forma de fornecimento refere-se ao objeto imediato do contrato. Trata-se de definir como as partes executarão as prestações que lhes incumbem. O tema regime de execução tem pertinência a obras ou serviços. As diversas modalidades admitidas estão previstas e definidas no art. 6º.

A questão do fornecimento relaciona-se com compras e serviços, mas pode envolver, ainda, as obras. Inexistem regras específicas na lei acerca de formas de fornecimento. Caberá ao ato convocatório dispor sobre a matéria, de acordo com a conveniência da Administração⁸.

28. De acordo com Lucas Rocha Furtado, as espécies de compras são: a) integral; b) parcelada; c) e contínua⁹. Na primeira hipótese, a execução do contrato se dá em um único momento. Em um só instante a Administração já recebe e remunera toda a quantidade do objeto do contrato. Na compra parcelada, a execução do contrato acontece em diversos momentos. O contrato já estabelece qual a quantidade a ser adquirida e qual será o instante do fornecimento. No caso do fornecimento contínuo, o bem a ser adquirido é constantemente demandado pela Administração conforme surge a sua necessidade. Trata-se de uma hipótese de *contratação para execução conforme a demanda*. Nas compras de caráter contínuo há a fixação no edital e no contrato da quantidade máxima a ser adquirida, mas o Poder Público só demandará aquela quantidade que efetivamente necessitar, bem como só remunerará o contratado pela quantidade executada. Usualmente, esse último regime de execução é utilizado para aquisições de combustível, água etc..

29. Destacamos que a legislação não faz referência às compras contínuas. Como já foi dito, a Lei faz referência aos fornecimentos "*de uma só vez*" (integral) ou "*parceladamente*" (art. 6º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993). Aos nossos olhos, em que pese a diferenciação doutrinária, o fornecimento contínuo é uma variação da aquisição parcelada resultante da prática administrativa. Marçal Justen Filho, por exemplo, não chega a fazer tal

⁷ O art. 65, II, b, da Lei nº 8.666/1993, refere-se a "*modo de fornecimento*" como maneira de execução dos contratos de compra ("*quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários*" – grifo nosso).

⁸ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 683.

⁹ FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 568: "*No primeiro caso, fornecimento integral, os bens seriam entregues em uma única vez; no fornecimento parcelado, a entrega, como o próprio nome indica, seria feita ao longo de determinado período de tempo preestabelecido em parcelas ou quantidades indicadas no contrato; e o fornecimento contínuo é adotado em situações de constante demanda pela Administração por esse tipo de bens (água, café etc.) e que, portanto, deverão estar sendo entregues continuamente ao órgão ou entidade administrativos*".

diferenciação, referindo-se apenas às compras continuadas e instantâneas, quando diz: “O conceito de ‘compra’ abrange tanto as hipóteses de adimplemento instantâneo como as de execução continuada”¹⁰. No caso das compras, como bem diz o mesmo autor, “Inexistem regras específicas na lei acerca de formas de fornecimento. Caberá ao ato convocatório dispor sobre a matéria, de acordo com a conveniência da Administração”¹¹ (grifo nosso).

30. Esse, inclusive, é o entendimento de Lucas Furtado. São suas palavras:

Não nos preocupa muito a distinção entre compra integral, parcelada, ou contínua pelo fato de que seu regime de fornecimento, assim como a determinação de quando deverão ser efetuados os respectivos pagamentos, deverão estar previstos no contrato de fornecimento. Deverá o contrato, obrigatoriamente, indicar prazos, local de entrega (que normalmente será o da própria repartição que adquire os bens), quantidades a serem entregues etc. Enfim, todas as condições em que se dará a compra deverão estar previstas no contrato¹².

31. A diferença do modo pelo qual será feito o parcelamento, então, dependerá apenas do que vier previsto em contrato. Desse modo, entendemos que, no caso das compras, a Lei nº 8.666/1993 admite a *contratação para execução conforme a demanda* por meio do fornecimento continuado, quando devidamente previsto no contrato.

32. Por todo o exposto, concluímos que é legalmente possível a *contratação para execução conforme a demanda*: a) para serviços, adotando-se como regime de execução a empreitada por preço unitário e a tarefa; b) e para compras, ocasião em que se adotará a compra continuada como regime de execução contratual.

II – DO CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)

33. Antes de entramos no cerne da questão objeto do presente opinativo, devemos observar quais as hipóteses de cabimento do SRP para, assim, concluirmos pela similaridade ou não de tais casos com os relativos à *contratação para execução conforme a demanda*.

34. De acordo com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o Sistema de Registro de Preços é um “conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras” (art. 2º, I).

35. Pela letra do dispositivo regulamentar, observamos que o SRP se destina à contratação de serviços e de aquisição. Conforme já asseveramos no item 10, deste Parecer, a lei vigente só admite – ao menos expressamente – a utilização do SRP para essas espécies de contrato (art. 15, II, da Lei nº 8.666/1993 c/c o art. 11, da Lei nº 10.520/2002).

36. Outro ponto relevante a ser extraído do art. 2º, I, do Decreto nº 7.892/2013, é que o SRP se presta para “*contratações futuras*”. Daí se extrai que o SRP não se aplica para as situações nas quais haverá uma única contratação. Dele presume-se que sairão duas ou mais *contratações*, o que significa a formalização de dois ou mais contratos ou instrumentos equivalentes (art. 62, da LLCA). Essa é a razão pela qual o Decreto se valeu do plural do substantivo que designa o ato de contratar (*contratações*). Assim é porque a demanda da Administração a ser atendida pelo instituto em estudo não é de todo imediata.

37. Nessa mesma linha, pode se dizer também que o diploma regulamentar menciona que as contratações serão *futuras*. Isto é, os ajustes que resultarão do SRP não dizem respeito a demandas das quais a Administração necessite de imediato. O registro de preço vem para atender futuras necessidades do Poder Público. Tanto é assim que a ata gerada por um certame para registro formal de preços tem vigência pelo prazo máximo de 1 (um) ano (art. 15, § 3º, III, da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 12, do Decreto nº 7.892/2013), autorizando a Administração a contratar com o prestador/fornecedor registrado durante todo esse lapso de vigência. Nesse sentido, vale a lição de Jacoby Fernandes:

¹⁰ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 123.

¹¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 683.

¹² FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 569.

Se o SRP é um conjunto de procedimentos, entre os quais está a licitação, inclusive nas modalidades mais amplas quanto à competição: concorrência ou pregão.

É, contudo, um procedimento *sui generis*, porque, ao contrário da licitação convencional, não tem por objetivo a certeza da aquisição, mas apenas o compromisso de contratações futuras e eventuais, que podem até não se realizar¹³ (grifo nosso).

38. Baseado nesses pontos, já salta aos olhos que o SRP é um instituto destinado, dentre outras situações, àquelas hipóteses nas quais a demanda da Administração não é imediata e/ou não pode ser previamente determinada¹⁴. Daí decorre a similaridade do SRP com os regimes de contratação em que o edital fixa uma quantidade máxima e a Administração, ao longo da vigência do contrato, demanda o quanto for suficiente para atender às suas necessidades. Ou seja, há similaridade entre as hipóteses de incidência de SRP e os casos nos quais é adequado o regime de *contratação para execução conforme a demanda* (empreitada por preço unitário, tarefa e compra continuada)¹⁵. Vejamos.

39. Segundo o Decreto regulamentar,

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

40. Nos termos do diploma transcrito, a primeira hipótese de adequação de registro de preço é quando a contratação for *frequentemente* necessária. Isto é, ocasiões nas quais a Administração não exaure sua demanda de imediato. Nessa hipótese, ainda que o Poder Público possa estimar o quanto deverá ser avençado (o que é deveras raro), é imprescindível ter ao seu dispor um mecanismo de atendimento da demanda em razão da constante necessidade. É o caso das aquisições de papel, grampo, caneta etc.. Nesse sentido, leciona Jacoby Fernandes:

De qualquer modo, é a frequência das contratações que justifica o uso do SRP, como nos casos de aquisição de papel, grampos para grampeadores, borracha, cartucho de tinta para impressoras, fitas para máquinas de escrever, copo descartável, etc¹⁶.

41. Tal hipótese é análoga às compras continuadas. Tanto em uma como em outra a Administração necessita constantemente do bem a ser ajustado, razão pela qual tem carência de uma avença que lhe ofereça suporte jurídico à aquisição. No caso do SRP, as aquisições serão realizadas com base na ata de registro de preço (art. 2º, II, do Decreto nº 7.892/2013). Levando-se em conta um certo lapso temporal, a Administração firmará um contrato – ou outro instrumento cabível, nos termos do art. 62, da Lei nº 8.666/1993 – com o fornecedor cujo preço foi registrado na ata. Já nas hipóteses de compra continuada, haverá um contrato, cuja vigência não poderá ultrapassar o prazo de vigência dos respectivos créditos orçamentários (art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/1993)¹⁷, e por meio do qual o Poder Público efetuará a sua demanda. Ou seja, neste último, tem-se um único contrato, que fundamenta diversos pedidos.

¹³ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico*. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 271.

¹⁴ Acórdão nº 483/2012, TCU, Rel. Min. Augusto Nardes, 2ª Câmara: “1.6.1. recomendar ao reitor da Universidade Federal de Campina Grande que, em situações análogas às destes autos, nas quais, pela natureza do objeto, não seja possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, adote a modalidade pregão - registro de preços, na forma disciplinada pelo Decreto 3931/2001”.

¹⁵ A análise ora empreendida não tem relação com as demais hipóteses de SRP nas quais inexistam similaridades com os regimes de execução contratual conforme a demanda.

¹⁶ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico*. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 277.

¹⁷ ON/AGU nº 39/2011: “A VIGÊNCIA DOS CONTRATOS REGIDOS PELO ART. 57, CAPUT, DA LEI 8.666, DE 1993, PODE ULTRAPASSAR O EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE CELEBRADOS, DESDE QUE AS DESPESAS A ELES REFERENTES SEJAM INTEGRALMENTE EMPENHADAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO, PERMITINDO-SE, ASSIM, SUA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR”.

42. O inciso II traz a hipótese equivalente às compras parceladas. A *aquisição de bens com previsão de entregas parceladas* é a mesma situação das compras parceladas. Na mesma toada, a *contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa* também coincide com as hipóteses de empreitada por preço unitário e com os casos de tarefa.

43. O caso trazido pelo inciso III não se mostra relevante para o tema em análise, uma vez que não se refere às situações nas quais há constante demanda da Administração. Nesse dispositivo, o que fundamenta a utilização do SRP é o fato de o certame a ser empreendido servir a mais de um órgão ou entidade. Isto é, as *futuras contratações*, na hipótese desse inciso, não decorrem da constante demanda da Administração. Nessa situação, a necessidade da Administração pode ser imediata, mas ainda assim haverá várias contratações, já que cada órgão ou entidade envolvido no certame fará, ao seu tempo, o contrato desejado com o fornecedor/prestador registrado.

44. Por último, o inciso IV traz ao SRP as circunstâncias nas quais a demanda da Administração não pode ser precisada em termos de quantitativo. Aqui, o que sustenta o uso do SRP é a variação da necessidade do Poder Público. Nesse caso, a Administração terá ao seu dispor uma ata que a atenderá em caso de uma eventual necessidade. Caso essa demanda surja, deverá o órgão ou entidade contratar com o fornecedor/prestador que obteve seu preço registrado na ata.

45. Destacamos também que o Tribunal de Contas da União já decidiu pela regularidade do uso do SRP nos casos de serviços continuados, desde que a situação concreta se encaixe em um dos incisos do regulamento. É digno de nota o fato de essa decisão ter sido tomada ainda sob a égide do regulamento anterior, o Decreto nº 3.931/2001. Em seu voto, a Ministra Ana Arraes, relatora do Acórdão, assim se manifestou:

É fato que os serviços de natureza continuada devem ser objeto de programação tal que permita a definição prévia dos quantitativos a serem contratados e, portanto, em regra não se enquadram na exigência disposta no inciso IV transcrito acima. Entretanto, não vejo óbices para que eventuais contratações atendam a um dos demais incisos do referido dispositivo, pois a subsunção da situação de fato a apenas uma dessas condições pode tornar regular a utilização do sistema de registro de preços.

A proibição apenas em razão de não haver incerteza nos quantitativos a serem contratados resultaria em interpretação tal que condicionaria a adoção do registro de preços aos casos de preenchimento cumulativo de todas as hipóteses elencadas no artigo 2º do Decreto, o que considero limitar o SRP excessivamente e extrapolar os limites legalmente estabelecidos.

Vislumbro a importância da utilização do SRP nos casos enquadrados no inciso III, por exemplo, onde a partir de uma cooperação mútua entre órgãos/entidades diferentes, incluindo aí um planejamento consistente de suas necessidades, a formação de uma ata de registro de preços poderia resultar em benefícios importantes. Também nos casos de contratação de serviços frequentemente demandados, mas que não sejam necessários ininterruptamente, a ata poderia ser uma solução eficaz e que coaduna com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos.

46. Por fim, acompanhando o voto da relatora, o Plenário do TCU admitiu a utilização de registro de preço para serviços continuados com o seguinte texto:

1.5.1.1 quando da utilização do SRP, inclusive para contratação de serviços contínuos, fixe, no instrumento convocatório, os quantitativos máximos a serem contratados e controle, enquanto órgão gerenciador da ata a ser formada, as adesões posteriores, para que esses limites não sejam superados;

47. Conforme dito no voto da Relatora do Acórdão transcrito, um dos casos nos quais seria cabível o SRP para serviço contínuo é quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade (art. 3º, III, do Decreto nº 7.892/2013). Nessa hipótese, como afirmamos no item 43 acima, o que sustentará as contratações futuras são os diversos contratos dos órgãos ou entidades envolvidos. Todavia, devemos observar que a demanda desses órgãos ou entidades poderá não ser futura, incerta e frequente, mas sim certa, contínua e imediata.

48. Por outro lado, acreditamos que o SRP também pode ser utilizado para contratação de serviço contínuo nos casos em que a demanda da Administração surgirá ao longo do tempo de vigência da ata. Imaginemos a situação de um órgão ou entidade cujo

espaço físico de atuação está sendo ampliado, com inaugurações frequentes. Nessa situação, poderia o gestor fazer um SRP para, por exemplo, serviço de limpeza, cuja contratação se daria conforme surgisse a necessidade da Administração¹⁸.

49. Julgamos relevante, ainda, observarmos que, com base nos mesmos argumentos expostos nos itens 47 e 48 retro, o SRP também poderia ser utilizado para as compras continuadas, tendo em vista que nestas há as mesmas razões dos serviços continuados.

50. Constatadas as semelhanças entre as hipóteses de aplicação do SRP e aquelas destinadas à *contratação para execução conforme a demanda*, cabe-nos perquirir acerca da obrigatoriedade do registro de preço nas ocasiões em que, nos termos da norma regulamentar (art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013), ele for aplicável.

III – DA PREFERÊNCIA AO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

51. O Sistema de Registro de Preço foi previsto no art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. O mencionado dispositivo assim dispõe:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços; (grifo nosso)

52. Atualmente, além do diploma acima transcrito, o art. 11, da Lei nº 10.520/2002, também estabelece o SRP, inclusive ampliando seu campo de incidência para os serviços:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

53. No nível infralegal, a primeira regulamentação do registro de preços veio com o Decreto nº 2.743, de 21 de agosto de 1998, que estatuiu as hipóteses de aplicação do SRP com o seguinte texto:

Art 4º Será adotada, preferencialmente, a licitação para registro de preços, nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem, houver necessidade de aquisições freqüentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; ou

III - quando for conveniente a aquisição do bem para atendimento a mais de um órgão ou entidade. (grifo nosso)

54. Referido Decreto foi revogado pelo Decreto nº 3.931/2001, cujo art. 2º previa as situações nas quais seria aplicado o SRP:

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifo nosso)

55. Tanto o Decreto nº 2.743/1998, como o de nº 3.931/2001, ao regulamentar os casos de cabimento do SRP deram efetividade à expressão "*sempre que possível*", contida no *caput* do art. 15, da LLCA, porque estabeleceram expressamente que, ante as situações

¹⁸ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico*. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 266.

previstas nos incisos dos respectivos artigos 4º e 2º, o uso do Sistema de Registro de Preço teria preferência.

56. Essa cláusula, entretanto, não se repetiu no art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, cujo texto do caput pedimos licença para, novamente, transcrever: "*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*".

57. Entendemos que o regulamento não andou bem ao suprimir a tradicional cláusula do ato de regulamentação indicadora de uma preferência pelo Sistema de Registro de Preço. Ao contrário disso, a dicção do art. 3º, do Decreto nº 7.892, parece conferir ao gestor público uma discricionariedade na adoção ou não do SRP. Entretanto, tal conclusão só será possível se o citado dispositivo for interpretado isoladamente, o que não se coaduna com os preceitos da hermenêutica jurídica. Ademais, na situação em análise, estamos diante de um caso em que há hierarquia de normas. Isto é, o Decreto nº 7.892/2013 foi editado pela Presidente da República, com fundamento no art. 84, IV, da Constituição, para conferir fiel execução ao art. 15, II, da LLCA. Nessa linha, não se pode admitir que a interpretação do texto regulamentar venha ferir o dispositivo legal que lhe dá guarida. Assim leciona Sidney Bittencourt:

Atendendo ao determinado no art. 15 da Lei nº 8.666/93, que impõe a adoção sempre que possível do SRP nas compras da Administração (inciso II), este artigo 2º aponta a possibilidade do uso do sistema em situações específicas.

Registre-se que o decreto anterior dispunha pelo uso preferencial. Parece-nos que ocorreu desacerto na tentativa de melhorar o texto regulamentar. A preferência determinava primazia, precedência, anteposição. Logo, amoldava-se com mais segurança ao preconizado na lei de regência, uma vez que não se trata de recomendação para a adoção, nem de autorização para que discricionariamente possa o agente público responsável pelo uso optar, mas, sim, de imposição.

Importa frisar, portanto, que o art. 15 supracitado não sinaliza a aplicação facultativa do SRP nas compras; ao contrário, revela imposição legal no uso da sistemática como regra, adotando-se outras formas somente em situações excepcionais¹⁹.

58. Em relação às palavras do autor, gostaríamos de registrar que a nossa leitura não é a de que a Lei deu preferência à adoção do SRP apenas para as compras, como faz parecer a lição contida no último parágrafo transcrito. Primeiramente, é preciso observar que a utilização do registro de preço para serviços atualmente tem base legal. O art. 11, da Lei nº 10.520/2002, é quem confere sustentação legal para o SRP ser aplicado na contratação de serviços. Referido dispositivo faz expressa menção ao art. 15, da Lei nº 8.666/1993, o que deixa claro que o SRP foi legalmente previsto para serviços com os mesmos contornos jurídicos que o envolve nas compras, inclusive a primazia. Não parece razoável acreditar que o SRP para serviço não esteja vinculado, por exemplo, aos preceitos que determinam a precedência de ampla pesquisa de mercado para a realização do SRP (§ 1º, do art. 15, da LLCA), a publicação trimestral dos preços registrados (§ 2º, do art. 15, da LLCA) e o prazo máximo de 1 (um) ano de vigência da ata (§ 3º, I, do art. 15, da LLCA).

59. A nós, não resta dúvida que a remissão feita pelo art. 11, da Lei nº 10.520/2002, ao art. 15, da Lei nº 8.666/1993, teve o sentido de levar ao SRP de serviços os mesmos contornos jurídicos do registro de preço das aquisições. Como se verá adiante, isso só não ocorrerá nas situações em que reste clara a incompatibilidade dos institutos.

60. Ademais, a utilização do SRP apresenta uma série de vantagens aptas a tornar a Administração mais eficiente. Assim sendo, resta claro que a interpretação desse instituto à luz do princípio constitucional da eficiência (art. 37, da Constituição) só leva à conclusão de que o ordenamento jurídico pátrio lhe dar precedência em relação às demais formas de contratação a ele similares.

61. Segundo a doutrina, o SRP confere a atuação do Poder Público, dentre outras, as seguintes vantagens: a) redução dos gastos e simplificação administrativa; b) rapidez na contratação e otimização dos gastos; c) possibilidade de a contratação servir a mais de um órgão ou entidade (art. 3º, III, do Decreto nº 7.892/2013); d) desnecessidade de dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto nº 7.892/2013); e) atendimento de demanda

¹⁹ BITTENCOURT, Sidney. *Licitação de Registro de Preços: comentários ao Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 49.

imprevisíveis; f) redução do volume de estoque; g) atualidade dos preços das contratações etc.²⁰.

62. Por essa razão, Marçal Justen Filho afirma:

As vantagens propiciadas pelo SRP até autorizam a interpretação de que sua instituição é obrigatória por todos os entes administrativos, não se tratando de uma mera escolha discricionária²¹.

63. Na jurisprudência da Corte de Contas Federal, verificamos que tal órgão de controle já recomendou diversas vezes que órgãos e entidades da Administração Pública Federal adotem o registro de preço em suas contratações:

1.6.1. recomendar ao reitor da Universidade Federal de Campina Grande que, em situações análogas às destes autos, nas quais, pela natureza do objeto, não seja possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, adote a modalidade pregão - registro de preços, na forma disciplinada pelo Decreto 3931/2001²².

1.6.2.2. passe a adotar, quando da necessidade de aquisição de bens e serviços de forma frequente, como ocorre em relação à reposição de estoques de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, o Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 33, inciso II, da Resolução 1102/2006, que aprovou o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social de Comércio, de forma a obter preços mais vantajosos para a administração²³.

9.6. recomendar à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná que estude a possibilidade de adotar Sistema de Registro de Preços, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso II, da Lei 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto 3.931/2001, nas compras que realizar de forma centralizada, visando o atendimento das necessidades próprias, de suas subdelegacias e agências²⁴;

64. Apesar de preferencial, o Sistema de Registro de Preço não tem força para excluir a aplicação das demais formas de contratação pelas quais é possível fazer a *execução conforme a demanda*. Entendemos que nas hipóteses em que fique comprovado que esses modos de contratação são mais eficientes para a Administração Pública não haverá preferência pelo SRP. O fato é que a preferência ao SRP decorre das vantagens que ele traz para gestão pública em termos de eficiência (art. 37, da Constituição).

65. Nesse diapasão, numa situação relativa à contratação de um serviço contínuo²⁵, não parece razoável que a Administração opte por fazer um registro de preço, por meio do qual demandará para cada necessidade sua um contrato, ao invés de fazer um único instrumento com o regime de empreitada por preço unitário ou tarefa, para vigorar pelo prazo admitido pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993. Num caso como esse, parece mais eficiente que o Poder Público faça um único contrato, com a possibilidade de vigorar por até 60 (sessenta) meses, contadas as prorrogações admitidas pelo art. 57, II, da LLCA. Se adotar o SRP, aos nossos olhos, não haverá vantagem porque a licitação do qual ele decorrerá só poderá gerar resultados por 12 (doze) meses (art. 15, § 3º, III, da LLCA), além do que cada demanda da Administração ensejará um novo contrato, o que implicará alguns atos – como a publicação (art. 61, P.º, da LLCA) – que poderiam ser eliminados no caso de se optar pelo contrato de serviço contínuo com os regimes de empreitada por preço unitário ou tarefa.

66. Ou seja, o SRP é preferencial no contexto dentro do qual a outra opção do gestor é realizar diversas licitações/contratações para ter o bem ou serviço à disposição da Administração Pública. Se ele tem a possibilidade de fazer uma única licitação/contratação

²⁰ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico*. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 85-98. JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 183-185.

²¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 182.

²² Acórdão nº 483/2012, TCU, Rel. Min. Augusto Nardes, 2ª Câmara.

²³ Acórdão nº 2210/2009, TCU, Rel. Min. Augusto Nardes, 1ª Câmara.

²⁴ Acórdão nº 665/2008, TCU, Rel. Min. Augusto Sherman, Plenário.

²⁵ IN/SLTI nº 2/2008, Anexo I: "I - SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente".

para lhe atender pelo prazo no qual necessita, não resta dúvida que o SRP não terá preferência.

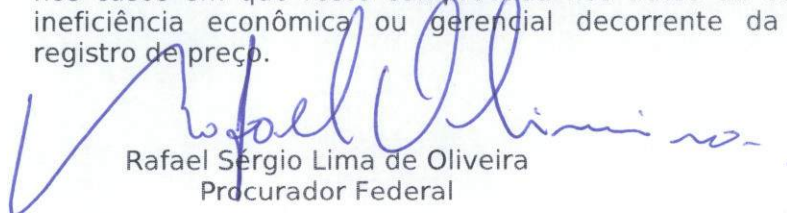
67. Conforme já dissemos, o que vai importar para a preferência do Sistema de Registro de Preço é a sua eficiência econômica e gerencial frente às demais opções oferecidas pela legislação ao administrador público.

68. Por tudo quanto foi exposto, entendemos que o Sistema de Registro de Preço goza de preferência legal, quando constatadas uma das hipóteses previstas no art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013. Por outro lado, como a sua preferência decorre das vantagens que o instituto traz para a Administração Pública, entendemos que, mesmo nos casos que se encaixem no art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, é possível afastar a sua aplicação, nas hipóteses em que reste comprovado nos autos da contratação a ineficiência decorrente da adoção do registro de preço.

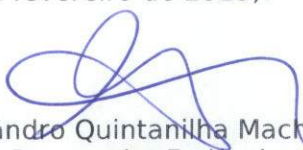
IV – CONCLUSÃO


69. Desse modo, ante tudo o que foi exposto acima, concluímos:


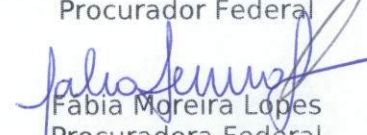
- a) o SRP não deve ser adotado em situações que não se enquadrem nas hipóteses permissivas previstas no art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, tal como contratação única e imediata;
- b) é legalmente possível a contratação para execução conforme a demanda: a) para serviços, adotando-se como regime de execução a empreitada por preço unitário e a tarefa; e b) para compras, ocasião em que se adotará a compra continuada como regime de execução contratual;
- c) há similaridade entre as hipóteses de *contratação para execução conforme a demanda* e os casos aos quais se aplica o Sistema de Registro de Preço;
- d) o Sistema de Registro de Preço goza de preferência legal, quando constatadas uma das hipóteses previstas no art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013;
- e) poderá ser afastada a preferência do Sistema de Registro de Preço nos casos em que reste comprovada nos autos da contratação a ineficiência econômica ou gerencial decorrente da adoção do registro de preço.


Rafael Sérgio Lima de Oliveira
Procurador Federal

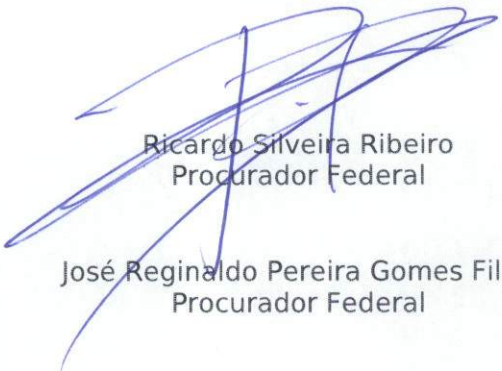
De acordo, na forma da unanimidade consolidada no decorrer dos trabalhos (Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013).


Alessandro Quintanilha Machado
Procurador Federal


Daniel de Andrade Oliveira Barral
Procurador Federal


Bráulio Gomes Mendes Diniz
Procurador Federal

Fabia Moreira Lopes
Procuradora Federal

7



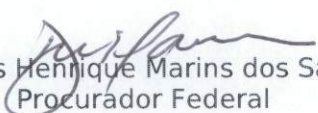
Ricardo Silveira Ribeiro
Procurador Federal

José Reginaldo Pereira Gomes Filho
Procurador Federal

Ana Carolina de Sá Dantas
Procuradora Federal



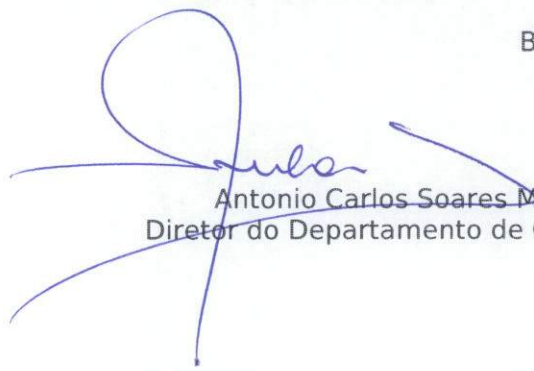
Renata Resende Ramalho Costa Barros
Procuradora Federal



Douglas Henrique Marins dos Santos
Procurador Federal

De acordo. À consideração Superior.

Brasília, 13 de Setembro de 2013.




Antonio Carlos Soares Martins
Diretor do Departamento de Consultoria

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL FEDERAL

APROVO a PARECER Nº 10/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, do qual se extrai a Conclusão que segue.

Encaminhe-se cópia à Consultoria-Geral da União, para conhecimento.

Brasília, 03 de dezembro de 2013.



MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Procurador-Geral Federal



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA
CÂMARA PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU Nº 55/2013

PREFERÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

- I. O SRP NÃO DEVE SER ADOTADO EM SITUAÇÕES QUE NÃO SE ENQUADREM NAS HIPÓTESES PERMISSIVAS PREVISTAS NO ART. 3º, DO DECRETO Nº 7.892/2013, TAL COMO CONTRATAÇÃO ÚNICA E IMEDIATA.
- II. É LEGAL A CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONFORME A DEMANDA: A) PARA SERVIÇOS, ADOTANDO-SE COMO REGIME DE EXECUÇÃO A EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO E A TAREFA; E B) PARA COMPRAS, OCASIÃO EM QUE SE ADOTARÁ A COMPRA CONTINUADA COMO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.
- III. HÁ SIMILARIDADE ENTRE AS HIPÓTESES DE CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONFORME A DEMANDA E OS CASOS AOS QUAIS SE APLICA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.
- IV. O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO GOZA DE PREFERÊNCIA LEGAL, QUANDO CONSTADAS UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 3º, DO DECRETO Nº 7.892/2013.
- V. PODERÁ SER AFASTADA A PREFERÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO NOS CASOS EM QUE RESTE COMPROVADO NOS AUTOS DA CONTRATAÇÃO A INEFICIÊNCIA ECONÔMICA OU GERENCIAL DECORRENTE DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO.

Anexo IV - Relatório Consulta de Material Consumo - Água Mineral.pdf

Consulta de Material - Consumo

Almoxarifado: 380001 - ALMOXARIFADO CENTRAL - LANAGRO-GO**Material:** 200077826 - AGUA MINERAL - GARRAFAO DE 20L**Período:** 01/06/2019 a 31/05/2020**CONSUMO MÉDIO MENSAL****Período:** 12 meses**Por Órgão:** 102,07**Por Almoxarifado:** 102,07**C.E. (Cobertura de Estoque):** 0,00**HISTÓRICO**

Ano	Mês	Entrada		Saída		
		Aquisição	Devolução	Requisição	Baixa	Consumo Ex.
2020	05	51	0	51	0	1.285
2020	04	96	0	96	0	1.234
2020	03	103	0	103	0	1.138
2020	02	129	0	129	0	1.035
2020	01	124	0	124	0	906
2019	12	115	0	115	0	782
2019	11	118	0	118	0	667
2019	10	117	0	117	0	549
2019	09	152	0	152	0	432
2019	08	64	0	64	0	280
2019	07	103	0	103	0	216
2019	06	113	0	113	0	113

C.E.: duração do material em dias, baseado no consumo médio do órgão.

Anexo V - Projeto Básico Adesão Não Participante 19-2019. pdf



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA - GO
DIVISÃO ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE COMPRAS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 21005.000913/2019-74

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA - GO
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO PARTICIPANTE
(COMPRAS)

1. OBJETO

1.1. **Aquisição de açúcar e café**, por meio de adesão às Atas de Registro de Preços nºs 2/2019 e 3/2019, oriundas do Pregão nº 6/2019, da Procuradoria da República no Estado de Goiás, UASG 200066, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
2	ACÚCAR DE SACAROSE DE CANA-DE-ACÚCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO, COR E CHEIRO PRÓPRIOS E SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MÍNIMO DE 99,3% P/P, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 0,3% P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO E TRANSPARENTE.	PACOTE 2 QUILOGRAMAS	190
4	CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO, DO TIPO SUPERIOR, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM LAUDO DE AVALIAÇÃO DO CAFÉ, EMITIDO POR LABORATÓRIO ESPECIALIZADO, COM NOTA DE QUALIDADE GLOBAL IGUAL OU MAIOR QUE 6 (SEIS), NA ESCALA SENSORIAL DO CAFÉ E LAUDO DE ANÁLISE DE MICROSCOPIA DO CAFÉ, COM TOLERÂNCIA DE NO MÁXIMO 1 % (UM POR CENTO) DE IMPUREZA. CASO A MARCA POSSUA CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO AO USO DO SELO DE PUREZA ABIC COM VALIDADE DE 06 (SEIS) MESES E APRESENTAR TAMBÉM O CERTIFICADO DE QUALIDADE NA CATEGORIA SUPERIOR EMITIDO PELA ABIC, ESTARÁ DISPENSADO DE APRESENTAR OS LAUDOS QUE COMPROVEM AS CARACTERÍSTICAS DESCRITAS. EMBALAGEM: TIPO ALTO-VÁCUO PURO. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: 1. AROMA CARACTERÍSTICO; 2. ACIDEZ MODERADA; 3. AMARGOR MODERADO; 4. SABOR CARACTERÍSTICO E EQUILIBRADO; 5. LIVRE DE SABOR FERMENTADO, MOFADO E DE TERRA; 6. BAIXA ADSTRINGÊNCIA; 7. RAZOAVELMENTE ENCORPADO; BLEND: A COMPOSIÇÃO DO PRODUTO PODERÁ APRESENTAR O PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE PVA (PRETOS, VERDES E ARDIDOS) E DEFEITOS DE ATÉ 10% POR QUILO DE CAFÉ, DESDE QUE NÃO APRESENTE GOSTO ACENTUADO, E AUSÊNCIA DE GRÃOS PRETOS VERDES E FERMENTADOS. SABOR MOLE A DURO, ISENTO DE GOSTO RIO OU RIO ZONA, PONTO DE TORRA VARIANDO ENTRE 45 E 75 PONTOS, CORRESPONDENDO A MODERADAMENTE ESCURO A MODERADAMENTE CLARO, MOAGEM MÉDIA/FINA. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE OBS. A PRGO PODERÁ SOLICITAR LAUDO DE AVALIAÇÃO SENSORIAL (ÀS EXPENSAS DO FORNECEDOR) POR LABORATÓRIO CREDENCIADO JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EXPEDIDO HÁ, NO MÁXIMO, UM ANO.	PACOTE 500 GRAMAS	800

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A sociedade brasileira tem nas suas raízes rurais a cultura de oferecer ao visitante ao menos um singelo cafezinho como sinal de receptividade e aceitação. Este traço cultural de nossa civilização é visto em todo o território, de forma que não apenas as famílias celebram suas reuniões com café, como também empresas e repartições públicas.

2.2. Este órgão não está dissociado da realidade cultural da sociedade a que serve, tendo por política oferecer cafezinho aos cidadãos que o visitam, autoridades que recebe, servidores e empregados

públicos que na instituição trabalham e empregados terceirizados que aqui prestam serviço. Para manter os serviços de copeiragem, cuja administração cabe à Divisão Administrativa, é necessária a aquisição dos produtos para preparo do café, ou seja, o grão torrado e moído da fruta e o açúcar para adoçar a bebida.

2.3. Buscando a aquisição célere em vista do término do contrato anterior, esta divisão identificou a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão nº 6/2019, da Procuradoria da República no Estado de Goiás, UASG 200066, que apresenta as mesmas condições praticadas pelo LFDA-GO nesse tipo de contratação, incluindo a cidade onde ocorrerá a entrega. A aquisição do objeto do qual a Administração necessita por meio de participação em Registro de Preços atende aos princípios da celeridade, vantajosidade e economia processual.

2.4. A presente aquisição se relaciona com o objetivo de "Ser excelente na prestação de serviços laboratoriais para a defesa agropecuária" previsto no Mapa Estratégico da Rede de Laboratórios Oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na perspectiva "Cliente".

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo abrange a **aquisição de açúcar e café para manter o serviços de copeiragem do LFDA-GO.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos da contratação veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da Contratada, incluindo o atendimento aos critérios e práticas de sustentabilidade.

5. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os bens serão entregues conforme dinâmica definida no Termo de Referência da licitação identificada no item 1.1 deste Projeto Básico.

5.2. A entrega dos bens será **parcelada** da seguinte forma:

5.2.1. **o item 2 será entregue em 2 (duas) parcelas; e**

5.2.2. **os item 4 será entregue em 3 (três) parcelas.**

5.3. O prazo para entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da nota de empenho.

5.4. A localidade e os horários para entrega dos bens serão os seguintes: **Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiânia - LFDA-GO, Rua da Divisa, s/n, Setor Jaó, Goiânia-GO, CEP 74.674-025, de segunda à sexta-feira, das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h.**

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. As obrigações da Contratante e da Contratada serão as definidas no Termo de Referência da licitação identificada no item 1.1 deste Projeto Básico.

7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. GARANTIA DA EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O controle e fiscalização da execução serão realizados conforme definido no Termo de Referência da licitação identificada no item 1.1 deste Projeto Básico.

11. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto serão realizados conforme definido no Termo de Referência da licitação identificada no item 1.1 deste Projeto Básico.

11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no momento da entrega e definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto, conforme definido no Edital da licitação identificada no item 1.1 deste Projeto Básico.

12.1.1. O pagamento deverá ser realizado em até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento definitivo do produto, com o devido atesto da nota fiscal correspondente.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrecorríveis.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções administrativas serão as definidas no Edital e no Termo de Referência da licitação identificada no item 1.1 deste Projeto Básico.

15. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Tratam-se de **bens comuns** a serem contratados mediante **adesão à Ata de Registro de Preços**.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Será verificada a existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta, em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, aos seguintes cadastros:

16.1.1. SICAF;

16.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

16.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

16.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

16.2. Será consultado o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto na IN SEGES/MP nº 3, de 2018. No caso de documentação vencida, também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões.

16.3. Em caso de não cadastramento no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, as exigências e critérios de habilitação serão atendidos mediante apresentação da documentação em meio digital.

16.4. As exigências de habilitação serão as definidas no Edital da licitação identificada no item 1.1 deste Projeto Básico.

16.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.5.1. Manutenção do valor registrado na respectiva Ata de Registro de Preços;

16.5.2. No caso de Atas de Registro de Preços assinadas há mais de 180 (cento e oitenta) dias, comprovação da razoabilidade do valor ofertado aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços para os mesmos materiais obtidos no Pannel de Preços (paineldeprecos.planejamento.gov.br), no Portal da Transparência

(www.portaltransparencia.gov.br), em página da internet mantida pelo fornecedor, em contratos ou Notas Fiscais/Faturas emitidas pelo fornecedor a outros entes públicos e/ou privados contratantes ou outros meios igualmente idôneos; e

16.5.3. Em atenção aos Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário, no caso de licitações realizadas sob a modelagem de contratação por preço global de grupo de itens, somente será admitida a contratação nas seguintes hipóteses: a) contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; b) contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas para atender a esta contratação, programadas em dotação orçamentária própria prevista no orçamento da União para o exercício, será indicada na nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR BARBOSA FERREIRA, Chefe de Divisão**, em 12/11/2019, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8892115** e o código CRC **95D52BD3**.

Anexo VI - Relatório de Itens PAC 2020.pdf

Filtros utilizados: Grupo: Aquisição de Café, Açúcar e Água Situações: Incluído no PAC Incluído no PAC após a data limiteIncluído no PAC (editado)

Nº Item	Tipo de item	Subitem	Código do item	Descrição	Quantidade estimada	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grupo de Despesa	Renovação de contrato	Dependência de outro item	Item Vinculado	Grau de prioridade	Data desejada	Situação do item
3345	Materiais e Serviços	CONSUMO	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL	1596	7,60	12.129,60	Não	-	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	13/07/2020	Incluído no PAC (editado)
3346	Materiais e Serviços	CONSUMO	343582	AÇÚCAR	96	9,25	888,00	Não	-	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	13/07/2020	Incluído no PAC (editado)
3347	Materiais e Serviços	CONSUMO	217366	CAFÉ	1044	6,48	6.765,12	Não	-	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	13/07/2020	Incluído no PAC (editado)

Total: 3 item(s)
Valor total dos itens: R\$ 19.782,72

Anexo VII - Mapa Estratégico - Rede LANAGRO 2016-2023. pdf

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária e a segurança e competitividade de seus produtos

Mapa Estratégico – REDE LANAGRO 2016 - 2023

VISÃO

Em 2023, ser referência mundial em serviços laboratoriais agropecuários

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Ser reconhecida como referência em Serviços Laboratoriais Agropecuários

PERSPECTIVA CLIENTE

Ser excelente na prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária

Gerir de forma efetiva a demanda por Serviços Laboratoriais Agropecuários

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Ampliar a produção de Material de Referência

Desenvolver, validar e divulgar métodos

PROCESSOS LABORATORIAIS

Aprimorar e automatizar processos

Aprimorar a capacidade de atendimento às demandas

Ampliar a acreditação na ISO 17025

Prover ensaios de proficiência para atender a demanda da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

Harmonizar procedimentos da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

Aumentar eficiência no controle da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

ARTICULAÇÃO

Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais

Melhorar integração com clientes e parceiros

GESTÃO E INFRAESTRUTURA

Alcançar certificação ISO 9001 na CGAL

Adequar infraestrutura e equipamentos

Aprimorar procedimentos de compras e contratações

PERSPECTIVA PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Desenvolver competências com foco em prioridades

Adequar o quadro de pessoal à demanda

